



SICOOB **CREDICONSUMO**

RELATÓRIO ANUAL 2021

 **SICOOB**
Crediconsumo

SUMÁRIO

02 Mensagem da Administração

03 Mensagem do Presidente

04 Quadro Diretivo

05 Destaques financeiros

10 Ampliação no atendimento

11 Responsabilidade Social

16 Demonstrativos Financeiros,
Notas Explicativas e Parecer do
Conselho Fiscal

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados cooperados, sejam bem-vindos à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Sicoob Crediconsumo – Cooperativa de Crédito, constituída em 18 de maio de 1981 e homologada pelo Banco Central do Brasil em 4 de agosto do mesmo ano. Neste ano de 2022, completamos 41 anos de atividade.

O ano de 2021 foi marcado pela diminuição da intensidade da pandemia, com a chegada das vacinas, mas ainda com alguns picos de casos devido às novas variantes do vírus. Apesar desta evolução, o ambiente ainda se apresentou extremamente desafiador. Embora tenha havido uma recuperação do mercado de trabalho, o emprego informal cresceu cerca do dobro do emprego formal,

precarizando os ganhos do trabalhador. Considerando-se também o aumento da inflação e da taxa básica de juros (Selic), verificou-se deterioração da renda, com impactos negativos no consumo e na busca por crédito.



**Marcio Francisco
Blanco do Valle**
Presidente do Conselho
de Administração

Para o Sicoob Crediconsumo, 2021 foi um ano de consolidação da recuperação iniciada em 2020, com a geração de resultados suficientes para recompor parcialmente nossa Reserva Legal, remunerar o capital e distribuir sobras aos cooperados.

Nossa condição operacional avançou no rigor dos controles, notadamente o monitoramento e ações sobre as dívidas na carteira de crédito e cartões, bem como na ação de recuperação de perdas.

Foi possível remunerar a conta de capital em 100% da taxa Selic, uma rentabilidade extremamente competitiva em relação a aplicações com o mesmo grau de segurança. Este cenário, no entanto, será mais complexo em 2022 devido à elevação sistemática da Selic que o Banco Central vem aplicando, visando reduzir a liquidez e frear o consumo e investimentos, com o objetivo de controlar a inflação.

Na Crediconsumo, seguimos com as ações de redução de despesas, de um lado, e a prioridade para negócios, o que levou à retomada da carteira de crédito, com valor em dezembro/2021 superior ao do mesmo mês de 2019, uma vez que houve redução em 2020, em razão da pandemia. Os resultados foram, portanto, bastante positivos, com tendências de evolução em todos os aspectos dos negócios da cooperativa.

Vale reforçar a autorização do Banco Central para a livre admissão, nos municípios de Santo André e São Bernardo do Campo, obtida em 28 de janeiro de 2021. Temos o prazer de apresentar esta prestação de contas com resultados muito favoráveis, o que indica boa possibilidade de desenvolvimento, sempre com o objetivo de atender e surpreender o cooperado. E é neste cenário que realizamos esta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, certos de que contamos com a competência da nossa Diretoria Executiva e colaboradores a visão estratégica do Conselho de Administração, o rigor na fiscalização pelo

Conselho Fiscal e, principalmente, a proximidade com todos os mais de 19 mil cooperados. Ressaltamos o suporte do Sicoob Central CECRESP, pela sua orientação das nossas ações, da CNAC, pela vigilância responsável que nos faz aprimorar nossos processos e controles, do sistema Ocesp/Sescoop-SP, pelo apoio institucional, monitoramento e desenvolvimento das equipes, e do Centro Cooperativo Sicoob – CCS, que consolida as estratégias sistêmicas e gera escala para mantermos nossa competitividade. Um reconhecimento especial a vocês, delegados, que representam cada um dos cooperados, pelo apoio e confiança no Sicoob Crediconsumo.

Marcio Francisco Blanco do Valle
Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O desempenho do Sicoob Crediconsumo em 2021 foi dos mais expressivos de nossa história de 40 anos de mercado. Fechamos o ano com crescimento acima do planejado, gerando um resultado bruto superior a R\$ 3 milhões. Um cenário favorável que permite uma destinação de sobras aos associados duas vezes maior comparada ao ano anterior. Nossa forte evolução acompanhou os passos do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, que tem atraído cada vez mais brasileiros por conta de seu modelo de atendimento humanizado e da prática de taxas e serviços mais justos. Diferenciais que ganharam maior evidência durante o período da pandemia, quando as cooperativas de crédito se mostraram mais acessíveis à concessão de empréstimos aos brasileiros do que as instituições bancárias tradicionais.

Além de números positivos, fizemos entregas importantes no sentido de reforçar a qualidade de atendimento aos associados, tanto no formato físico, quanto no digital. Para 2022, prevemos a inauguração de mais um ponto de atendimento em Santo André e outro em São Bernardo do Campo. A ampliação vem dar suporte à nossa operação no modelo livre adesão, já que fomos habilitados pelo Banco Central em 2021. Com esse aval, nossa base de cooperados deve crescer nos próximos anos. Não só por isso, mas também devido a novas parcerias que nos levarão a avançar fronteiras mais uma vez. Deu para perceber que estamos em ritmo de crescimento, porém, sem desviar nosso olhar dos valores que norteiam o modelo de negócio cooperativo, entre eles o de colaborar com o desenvolvimento do nosso associado e das comunidades onde estamos inseridos. Afinal, são eles que fazem o cooperativismo de crédito crescer.

Paulo Fernando Ozelame

Diretor Presidente



QUADRO DIRETIVO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (MANDATO 2021/2025)

Marcio Francisco Blanco do Valle	Presidente
Maria de Lourdes Basso Moreno	Vice - Presidente
Ademilson José Andreu	Conselheiro
Alfredo Tavares Borges	Conselheiro
Francisco Ráo	Conselheiro
Jonathan dos Santos Medeiros	Conselheiro
Mauricio Santos Correa	Conselheiro

CONSELHO FISCAL (MANDATO 2019/2022)

Osmar Yoshihide Kimura	Coordenador – Conselheiro Efetivo
Bruno Henrique de Mattos	Conselheiro Efetivo
Rosangela Ap. Ferreira de Souza	Conselheira Efetiva
Andrea de Oliveira Maia	Conselheira Suplente
José Carlos Rodrigues	Conselheiro Suplente
Roberto Carlos Orvate	Conselheiro Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA (MANDATO 2017/2022)

Paulo Fernando Ozelame	Diretor Presidente
Hércio Wiesel Colúcio	Diretor Administrativo Operacional

O SICOOB



A Crediconsumo está integrada ao Sicoob – Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil –, reconhecido em 2021 como o 13º maior grupo empresarial do Brasil no ranking das Melhores e Maiores da Revista Exame. Entre os bancos comerciais e cooperativas financeiras, é o sétimo colocado no ranking de operações de crédito. O sistema reúne 16 centrais e 352 cooperativas financeiras singulares, que somam 6 milhões de associados de 2.070 municípios brasileiros.

Em 326 cidades, a marca Sicoob é a única instituição presente para atender às necessidades bancárias da população, contribuindo assim para o desenvolvimento das comunidades. Com atuação em todos os estados, oferece aos associados 3.836 pontos de atendimento, além de milhares de caixas eletrônicos e uma diversidade de canais digitais que permitem o acesso a um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, com taxas bem mais justas que as encontradas no mercado financeiro convencional.

3.836

Pontos de Atendimento

6 milhões
de associados

2.070
municípios



SEGURANÇA GARANTIDA

Quem é associado da Credi faz parte de tudo isso e conta ainda com a proteção do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito, que garante os depósitos e os créditos mantidos nas cooperativas singulares de crédito e nos bancos cooperativos em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial dessas instituições. Atualmente, o valor-limite dessa proteção é de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, o mesmo em vigor para os depositantes dos bancos tradicionais.

DESTAQUES FINANCEIROS

(dezembro/2021)

27 milhões
Patrimônio Líquido

16,9 milhões
Aplicações

53 milhões
Ativo Total

19.258
Associados

689 mil
Sobras Brutas

30,2 milhões
Carteira Líquida de Crédito

23,4 milhões
Depósitos

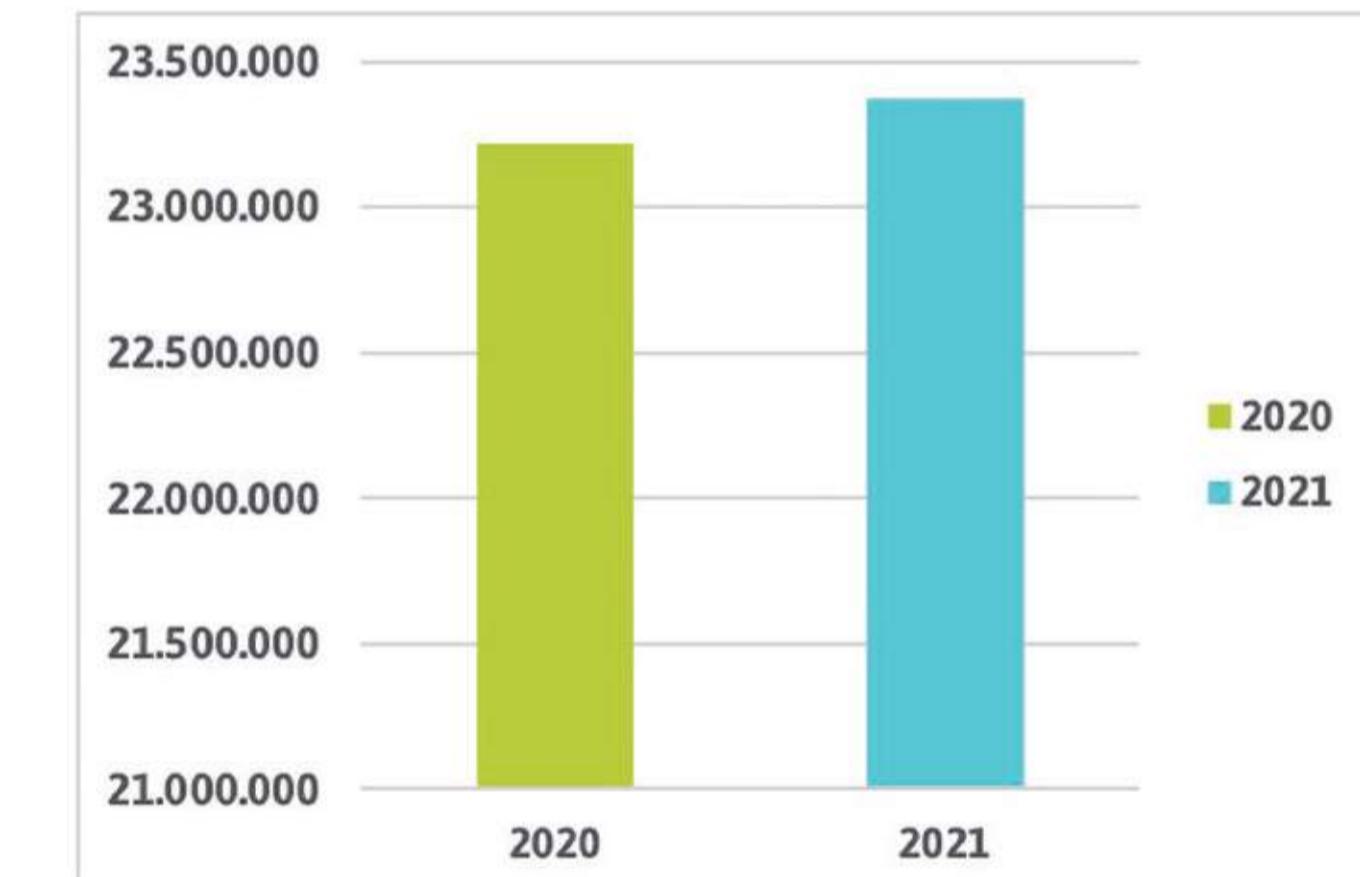
ASSOCIADOS ATIVOS

Quantidade de Associados PF	2020	2021
Associados com CC Ativa	12.928	13.684
Associados sem CC Ativa	4.696	5.518
Total PF	17.624	19.202
Índice de Aproveitamento de Produto	2,77	2,70

Quantidade de Associados PJ	2020	2021
Associados com CC Ativa	39	40
Associados sem CC Ativa	5	16
Total PJ	44	56
Índice de Aproveitamento de Produto	2,26	2,35

CAPITAL SOCIAL

	2020	2021
Saldo da Carteira	23.218.774	23.368.703
Evolução		1%



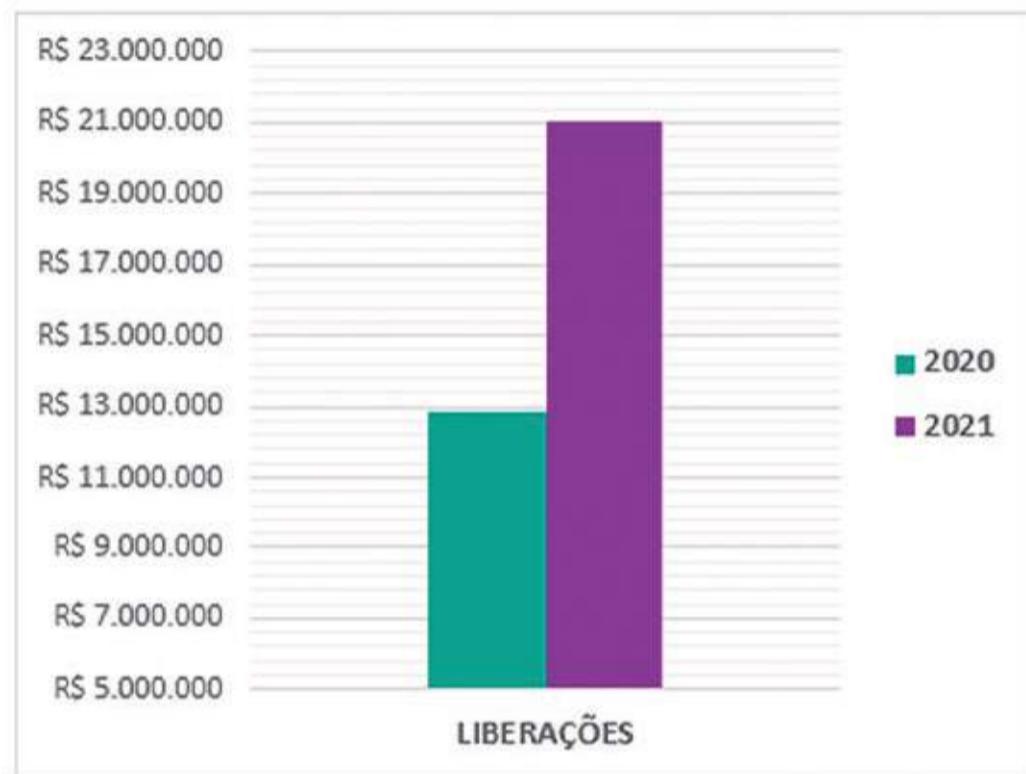
A força das cooperativas financeiras

O cooperativismo de crédito, um dos modelos de instituição mais antigos do Brasil, tem reafirmado nos últimos dois anos sua histórica vocação de responder de forma positiva aos períodos de crise. A chegada da pandemia da covid-19, desafio que se prolongou em 2021 com sequelas críticas à economia brasileira, não impediu as cooperativas de levar prosperidade e apoio às comunidades. Pelo contrário. Na contramão dos bancos tradicionais, que tem reduzido o número de agências, a rede de atendimento cooperativista financeira só cresceu. Tanto em agências físicas, quanto nos canais digitais.

EMPRÉSTIMOS

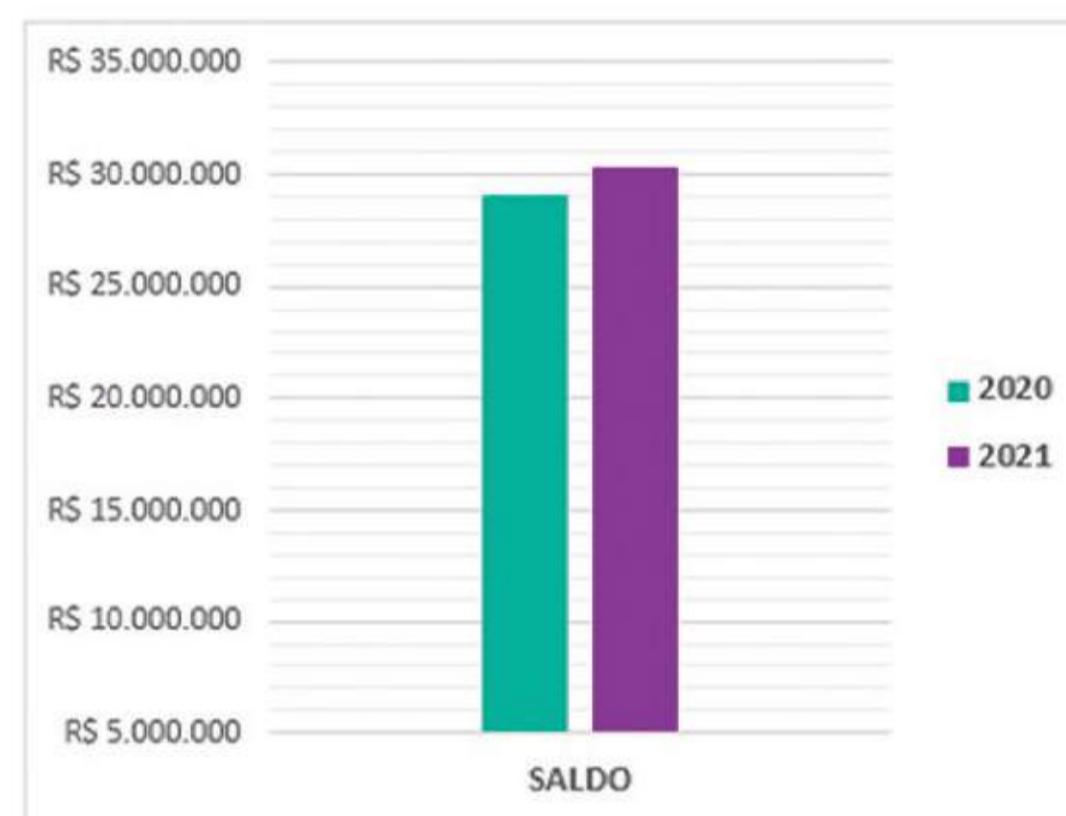
LIBERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS

Exercício	2020	2021
Liberação	R\$ 12.876.386	R\$ 21.039.794
Evolução		39%



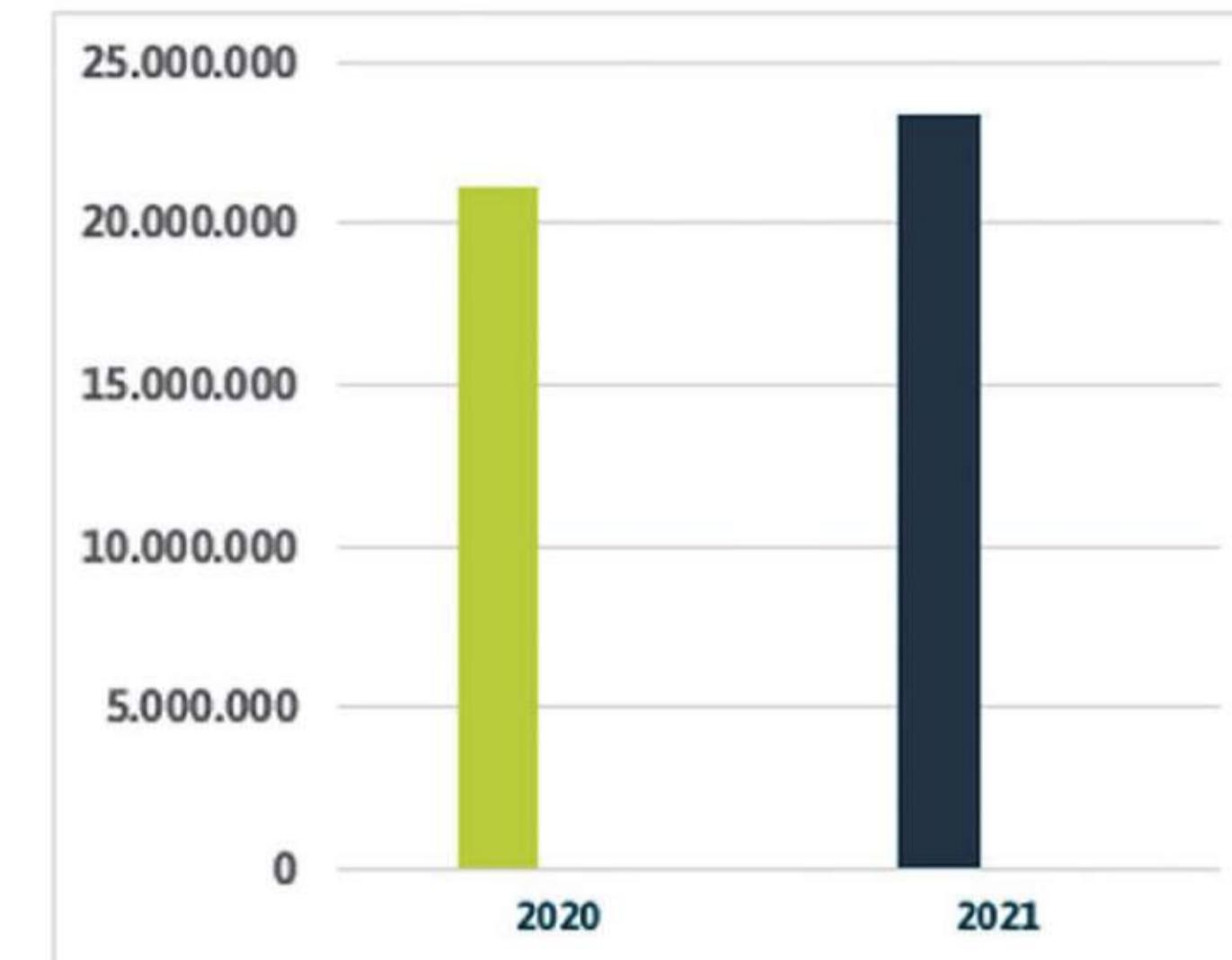
SALDO DA CARTEIRA DE CRÉDITO (LÍQUIDO)

Exercício	2020	2021
Valor	R\$ 29.006.573	R\$ 30.279.511
Evolução		4%



DEPÓSITOS TOTAIS

	2020	2021
Captações	21.131.962	23.369.657
Crescimento		10,59%

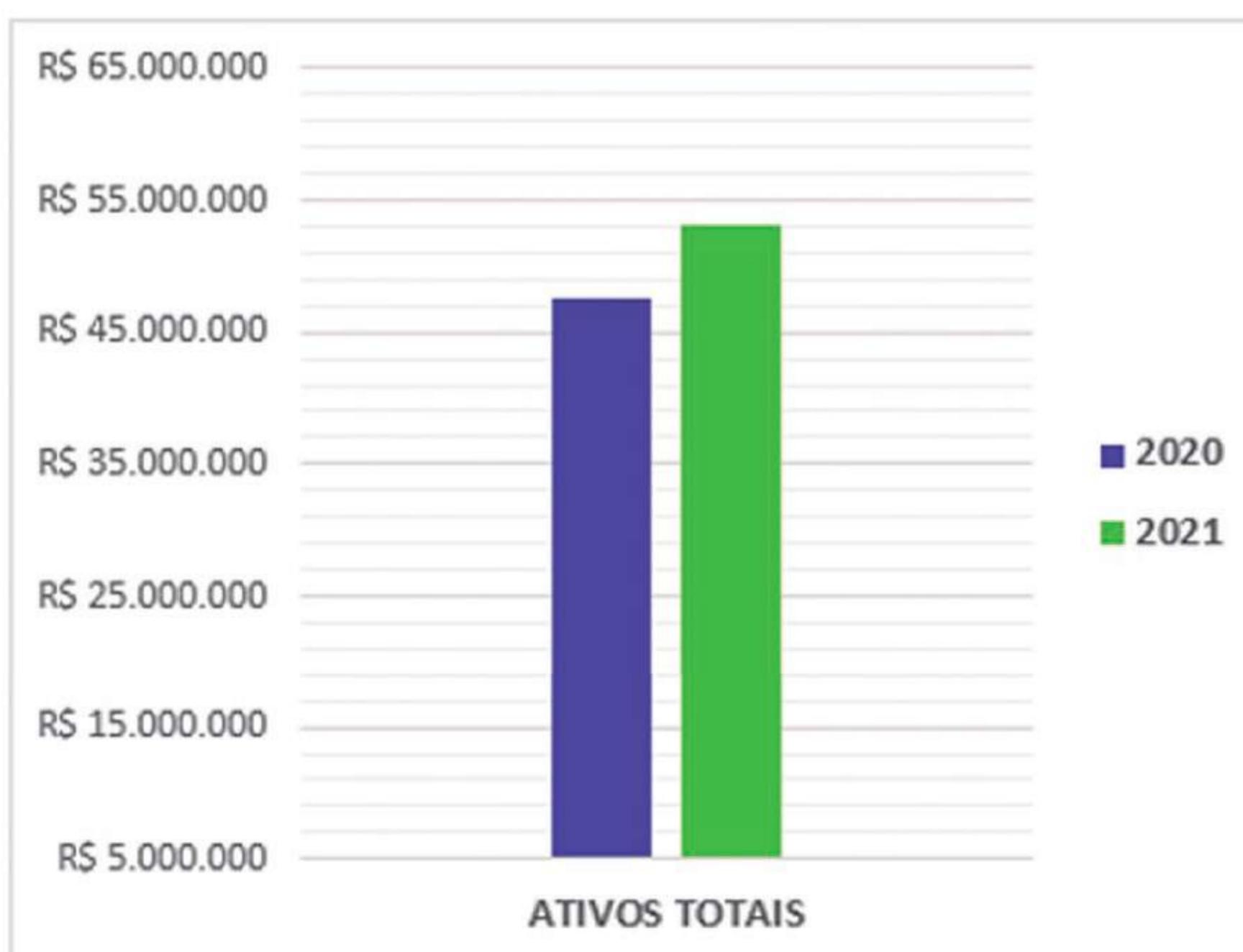


ATIVOS TOTAIS

Crescimento
11,56%

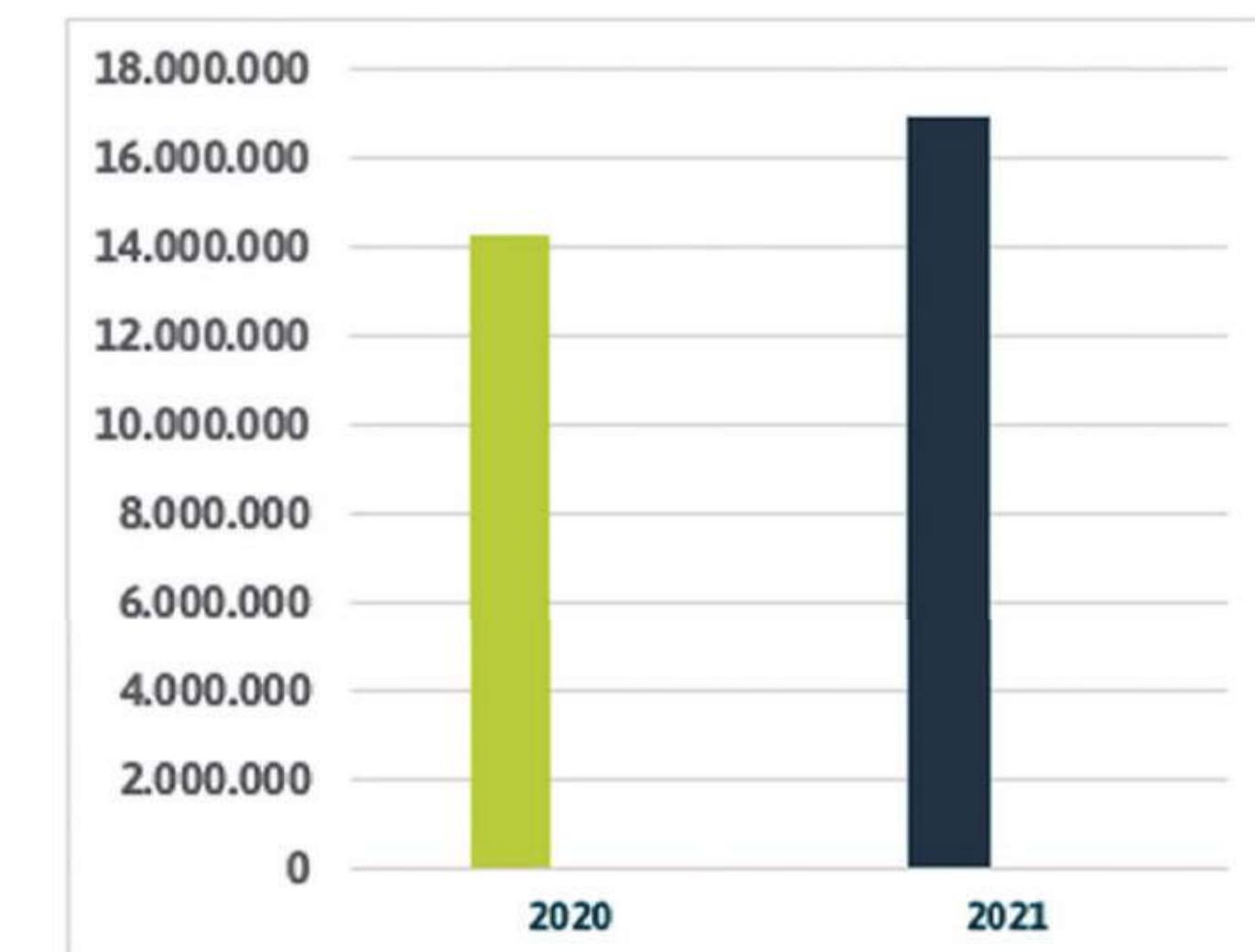
R\$ 53.051.187
2021

R\$ 47.555.306
2020



APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2020	2021
Tesouraria	14.251.609	16.885.816
Crescimento		18,48%



RECEITAS E DESPESAS

RECEITAS ACUMULADAS		
Exercício	2020	2021
Valor	15.442.391	18.832.550
Evolução		22%
DESPESAS ACUMULADAS		
Exercício	2020	2021
Valor	14.643.243	15.714.017
Evolução		7%
SOBRAS BRUTAS		
Exercício	2020	2021
Valor	799.148	3.118.533

RESULTADO ACUMULADO BRUTO

RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	R\$	3.118.533,92
Participação nos Resultados (Colaboradores e Diretoria)	R\$	(445.691,00)
Juros ao Capital	R\$	(1.033.304,00)
Resultado Bruto Antes das Destinações de Atos Não-Cooperativos	R\$	1.639.538,92
Destinação para o FATES - Atos Não Cooperativos	R\$	(108.436,87)
Resultado Líquido Antes das Destinações Legais	R\$	1.531.102,05
Destinação para Reserva Legal (50%)	R\$	(765.551,02)
Destinação para o FATES - Atos Cooperativos (5%)	R\$	(76.555,10)
Sobras ou Perdas Apuradas	R\$	688.995,92

APLICAÇÃO DO FATES - FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL

AGO 2021	DELIBERADO	REALIZADO
Treinamento	R\$ 60.000,00	R\$ 16.606,71
Kit Escolar	R\$ 100.000,00	R\$ 87.956,87
TOTAL	R\$ 160.000,00	R\$ 104.563,58

Ampliação do atendimento

A Crediconsumo fez parte desse movimento promissor. Seu desempenho em 2021 foi um dos melhores já registrados até agora. Além de um resultado financeiro expressivo, a Credi inaugurou um novo Ponto de Atendimento no Rio Janeiro, ampliou o PA de Santo André (SP), sem contar o projeto de abertura de uma agência Sicoob Crediconsumo em Santo André, prevista ainda para 2022.



PA Barra da Tijuca

Com a proposta de atender os associados que trabalham distantes da região de Copacabana ou Olaria, o Sicoob Crediconsumo abriu mais um ponto de atendimento. Desta vez na zona oeste, na Barra da Tijuca. O novo PA está instalado na filial 17 do supermercado Zona Sul, na Avenida das Américas, 3.665. A nova estrutura atende a todas as demandas: cadastramento de senhas, contratação de produtos e serviços, linhas de financiamentos, retirada de cartão definitivo, além de outras soluções oferecidas pela cooperativa.



PA Santo André

RESPONSABILIDADE SOCIAL

KIT ESCOLAR

Total de 3.801 kits escolares foram distribuídos aos filhos dos associados do Sicoob Crediconsumo no início das aulas. O benefício, que visa contribuir com as famílias na lista de compra do material escolar, atende alunos do Jardim I e do Fundamental I e II. Os kits, diferenciados por idade escolar, foram compostos de caderno, canetas, lápis de cor, borracha, régua, estojo e outras peças. Yasmin, filha da associada Giovana Jesus, e um dos filhos de Gislene Lima Trindade, foram contemplados em 2021. "É uma ajuda bem interessante e que reduz nosso gasto", destaca Giovana



AÇÃO SOCIAL

O compromisso da Crediconsumo com o desenvolvimento e bem-estar das comunidades onde está instalada foi reforçado nas comemorações dos 40 anos de sua fundação. Uma campanha de arrecadação de gêneros de primeira necessidade, promovida pelos colaboradores da Credi nas lojas da Coop e do Zona Sul, garantiu 3,6 toneladas de alimentos. O volume doado pelos cooperados entre os dias 1º de setembro e 31 de outubro beneficiou

beneficiou quatro instituições sociais que assistem famílias em vulnerabilidade social.



Uma das contempladas foi a Associação Gotas de Orvalho, de Santo André, que apoia 75 famílias da comunidade Jardim Santo André com o fornecimento mensal de cestas básicas, além de dar assistência em outras áreas por meio de seus 50 voluntários, entre eles médicos, dentistas e psicólogos.

"A ajuda da Crediconsumo sustentou nosso trabalho de doação de cestas básicas por mais de três meses, permitindo assim uma economia no caixa da entidade para a promoção de outras ações em benefício das famílias", disse Bruna Alvares, representante da instituição. Além da Gotas de Orvalho, a campanha favoreceu outras três entidades:

Projeto Estrela Transformando Vidas São José dos Campos

Promove oficinas para crianças e adolescentes de forma a estimular o diálogo, noções de higiene, cidadania e comunicação não violenta.

Lar Casa Bela Sorocaba

Oferece acolhimento temporário para bebês, crianças e adolescentes remanejados de suas famílias pelo Poder Judiciário ou pelo Conselho Tutelar.

Centro Social Parceiros de Nilópolis Rio de Janeiro

Promove cursos gratuitos e oferece alimentação, auxílio à saúde e outros serviços à comunidade.



FORÇA NO DIGITAL

Junto à ampliação da estrutura física, reforçou ainda sua presença digital ao lançar um canal de atendimento por WhatsApp voltado não apenas ao esclarecimento de dúvidas, mas também à contratação de produtos e serviços. A nova ferramenta veio somar forças ao app Sicoob, que garante ao associado a praticidade de fazer as mais variadas transações bancárias a qualquer hora do dia ou onde quer que esteja. Sua segurança na navegação foi reconhecida, em 2017, com o prêmio de melhor aplicativo pelo Relatório Bancário da Cantarino Brasileiro, uma das principais premiações do setor financeiro no país.



SERVIÇO COMPLETO

Desde 2014, com a migração da carteira de empréstimo e capital para o Sistema Sicoob, a Crediconsumo passou a oferecer novas soluções aos associados. De conta-corrente e cartão de crédito a planos de previdência privada e aplicações financeiras. Hoje, a concessão de crédito continua sendo o carro-chefe nas operações da Credi, mas os demais produtos e serviços têm respondido com participação cada vez maior nos resultados. Até porque sua política de taxas justas se aplica a qualquer solução de seu portfólio.



O associado Lucas Augusto Costa, de Santo André, é um dos que apostaram na contratação de um plano de consórcio de automóvel. Ele gostou da experiência, voltou a investir numa segunda cota e já planeja mais uma num futuro próximo. “Fiz um bom negócio nas duas vezes, já que o retorno do investimento foi muito melhor do que se eu tivesse

recorrido aos financiamentos convencionais”, compara. “Além disso, tive uma assessoria sensacional da equipe da Crediconsumo durante todo o processo”, acrescenta.

INTEGRAÇÃO 2.0

Muito além de uma apresentação institucional, o Sicoob Crediconsumo adotou um novo formato de integração baseado em seus propósitos e valores. Trata-se de educação cooperativista e financeira, temas centrais abordados aos recém-contratados das empresas mantenedoras Coop e Zona Sul. Afinal, a Cooperativa é um modelo de negócio com visão, missão e valores, cercada de propósitos que a diferenciam do modelo tradicional conhecido por todos.

A Credi sabe que o novo contrato das empresas mantenedoras está em condições plenas de recomeços e, por conta disso, adotou um modelo de integração que ressalta de forma didática a importância da educação cooperativista. Dessa forma, traz temas como associação, pertencimento à instituição financeira, participação das sobras, juros de capital, entre outros assuntos, para ampliar o conhecimento do associado.

O conteúdo dá ênfase à educação financeira e às práticas de taxas mais justas em comparação aos bancos, ressaltando o portfólio de soluções financeiras oferecido pela Cooperativa, como o crédito consciente, a gestão do novo salário e outros assuntos que envolvem a sua saúde financeira e a aproximação à sua própria instituição, da qual também é dono. Ou seja, a saúde financeira do associado vai refletir na saúde e nos resultados de nossa Cooperativa



RENDA MÉDIA ANUAL AGREGADA POR ASSOCIADO

Os serviços do Sicoob Crediconsumo, ao se utilizarem de todos os produtos e serviços financeiros do SICOOB, geram uma economia média individual no exercício no valor de R\$ 121,00; multiplicado por 14.069 associados, representam R\$ 1.702.349,00 de renda agregada.



GERENCIAMENTO DE RISCO



A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno para os seus Associados.

As estruturas completas para gerenciamento dos riscos estão disponíveis para acesso público, através do link www.sicoobcrediconsumo.com.br, e estão compostas pelo Conselho de Administração, pelo agente de Controle Interno e de Risco e pela área de auditoria do Sicoob Central CECRESP.

A gestão é centralizada na Central, responsável pela divulgação das políticas gerais e avaliação consolidada dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. Esse processo é contínuo, permanentemente revisado e serve de base para estratégias do Sicoob Crediconsumo.

AGRADECIMENTOS

Aos associados e delegados;
À Coop - Cooperativa de Consumo e ao Super Mercado Zona Sul S/A;
Aos Colaboradores e Prestadores de Serviços;
Aos demais membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva;
Às Entidades e Instituições Sistêmicas.



Santo André, 28 de abril de 2022.
Marcio Francisco Blanco do Valle
Presidente do Conselho de Administração



DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

SICOOB CREDICONSUMO - COOPERATIVA DE CREDITO

SICOOB CREDICONSUMO

CNPJ: 47.074.323/0001-93

BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

	Descrição	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			53.051.187,34	47.555.305,62
DISPONIBILIDADES		1	240.219,69	298.840,45
INSTRUMENTOS FINANCEIROS			47.350.814,02	43.683.082,21
Títulos e Valores Mobiliários			16.637.188,00	14.112.305,22
Relações Interfinanceiras		1	8.408,71	139.303,95
Centralização Financeira			8.408,71	139.303,95
Operações de Crédito		6.d	29.887.028,86	28.896.868,30
Outros Ativos Financeiros		7	818.188,45	534.604,74
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO			(1.950.949,56)	(2.033.179,79)
(-) Operações de Crédito		6.e	(1.627.880,60)	(1.898.095,26)
(-) Outras		7.1.a	(323.068,96)	(135.084,53)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS		8	144.215,20	56.365,96
OUTROS ATIVOS		9	3.000.298,97	2.944.373,33
INVESTIMENTOS		10	3.483.173,80	2.030.672,15
IMOBILIZADO DE USO		11	1.287.940,07	1.013.155,18
INTANGÍVEL		12	199.725,37	71.432,28
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		11.12	(704.250,22)	(509.436,15)
TOTAL DO ATIVO			53.051.187,34	47.555.305,62

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.051.187,34	47.555.305,62
DEPÓSITOS		13	23.368.702,82
Depósitos à Vista			9.903.535,46
Depósitos Sob Aviso			29.284,36
Depósitos à Prazo			13.435.883,00
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		15	16.126,15
Outros Passivos Financeiros			16.126,15
PROVISÕES		16	134.699,51
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS		17	168.947,62
OUTROS PASSIVOS		18	2.636.860,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			26.725.850,90
CAPITAL SOCIAL		19.a	24.889.266,74
RESERVAS DE SOBRAS		19.b	1.147.588,24
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		19.d	688.995,92
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			53.051.187,34

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SICOOB CREDICONSUMO - COOPERATIVA DE CREDITO
SICOOB CREDICONSUMO
CNPJ: 47.074.323/0001-93
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

Descrição	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO		5.785.433,01	10.892.259,80	9.634.515,66
Operações de Crédito	22	5.399.416,88	10.343.300,20	9.321.489,55
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		386.016,13	548.959,60	313.026,11
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	23	(1.216.849,38)	(2.179.097,93)	(2.229.905,99)
Operações de Captação no Mercado		(541.829,73)	(746.633,05)	(336.826,68)
Operações de Empréstimos e Repasses		-	-	(164.613,99)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(675.019,65)	(1.432.464,88)	(1.728.465,32)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		4.568.583,63	8.713.161,87	7.404.609,67
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(3.167.222,13)	(5.661.364,46)	(6.461.600,39)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	1.020.178,87	1.880.652,47	1.260.525,26
Rendas de Tarifas	25	706.928,94	1.509.620,58	1.046.465,27
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(3.142.382,10)	(5.818.854,13)	(5.136.238,06)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(3.017.307,91)	(5.813.681,81)	(5.523.425,75)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(39.368,37)	(79.794,28)	(63.196,80)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	1.558.035,90	3.059.990,39	2.056.449,21
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(253.307,46)	(399.297,68)	(102.179,52)
PROVISÕES	30	21.624,37	(7.404,82)	307,21
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		21.624,37	(7.404,82)	307,21
RESULTADO OPERACIONAL		1.422.985,87	3.044.392,59	943.316,49
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	31	97.084,84	74.140,21	(6.033,52)
Lucros em Transações com Valores e Bens		120.200,00	120.200,00	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	-	(301,29)
Ganhos de Capital		5.593,30	30.240,51	11.250,82
(-) Perdas de Capital		(28.708,46)	(76.300,30)	(16.983,05)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.520.070,71	3.118.532,80	937.282,97
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				(25.135,41)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		-	-	(12.567,71)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		-	-	(12.567,70)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(365.690,34)	(445.690,35)	(113.000,00)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		1.154.380,37	2.672.842,45	799.147,56
JUROS AO CAPITAL		(1.033.303,53)	(1.033.303,53)	(306.940,81)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		121.076,84	1.639.538,92	492.206,75
DESTINAÇÕES LEGAIS, ESTATUTÁRIAS E OUTROS EVENTOS			(950.543,00)	(150.060,61)
FATES - Atos não cooperativos			(108.436,87)	(36.011,90)
FATES - Atos cooperativos			(76.555,10)	(22.809,74)
Fundo de Reserva			(765.551,03)	(91.238,97)
SOBRAS DO PERÍODO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA		121.076,84	688.995,92	342.146,14

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SICOOB CREDICONSUMO - COOPERATIVA DE CREDITO
SICOOB CREDICONSUMO
CNPJ: 47.074.323/0001-93
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

Saldo em 31/12/2019	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Movimentação do Capital:						
Por Subscrição/Realização		5.686.578,07	(86.996,25)	-	-	5.599.581,82
Por Devolução (-)		(4.302.190,89)	-	-	-	(4.302.190,89)
Estorno de Capital		(1.344,43)	-	-	-	(1.344,43)
Reversões de Reservas					(1.132.892,43)	1.132.892,43
Sobras ou Perdas do Período					-	799.147,56
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(306.940,81)	(306.940,81)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		298.093,19	-	-	-	298.093,19
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	-	91.238,97	(91.238,97)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(22.809,74)	(22.809,74)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(36.011,90)	(36.011,90)
Saldo em 31/12/2020		23.369.852,15	(151.077,83)	319.891,07	342.146,14	23.880.811,53
Saldo em 31/12/2020	19.d	23.369.852,15	(151.077,83)	319.891,07	342.146,14	23.880.811,53
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição ao Fundo de Reserva		-	-	62.146,14	(62.146,14)	-
Distribuição de sobras para associados		7.052,79	-	-	(280.000,00)	(272.947,21)
Movimentação do Capital:						
Por Subscrição/Realização		5.811.148,99	(60.977,12)	-	-	5.750.171,87
Por Devolução (-)		(5.094.975,47)	-	-	-	(5.094.975,47)
Sobras ou Perdas do Período					-	2.672.842,45
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(1.033.303,53)	(1.033.303,53)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.008.243,23	-	-	-	1.008.243,23
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	-	765.551,03	(765.551,03)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(76.555,10)	(76.555,10)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(108.436,87)	(108.436,87)
Saldo em 31/12/2021		25.101.321,69	(212.054,95)	1.147.588,24	688.995,92	26.725.850,90
Saldo em 30/06/2021		22.776.791,11	(191.354,80)	382.037,21	1.518.462,08	24.485.935,60
Movimentação do Capital:						
Por Subscrição/Realização		2.990.026,70	(20.700,15)	-	-	2.969.326,55
Por Devolução (-)		(1.673.739,35)	-	-	-	(1.673.739,35)
Sobras ou Perdas do Período					-	1.154.380,37
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(1.033.303,53)	(1.033.303,53)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.008.243,23	-	-	-	1.008.243,23
Destinações das Sobras do Período:						0,00
Fundo de Reserva		-	-	765.551,03	(765.551,03)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(76.555,10)	(76.555,10)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(108.436,87)	(108.436,87)
Saldo em 31/12/2021	19.d	25.101.321,69	(212.054,95)	1.147.588,24	688.995,92	26.725.850,90

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SICOOB CREDICONSUMO - COOPERATIVA DE CREDITO
SICOOB CREDICONSUMO
CNPJ: 47.074.323/0001-93
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2 * Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.520.070,71	3.118.532,80	937.282,97
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(106.484,16)	(106.484,16)	(38.711,51)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(10.621,77)	(28.134,68)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		675.019,65	1.432.464,88	1.728.465,32
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(21.624,37)	7.404,82	(307,21)
Depreciações e Amortizações		99.562,63	190.524,68	175.118,81
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		2.166.544,46	4.631.821,25	2.773.713,70
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito		(491.416,10)	(2.265.616,72)	(463.803,07)
Outros Ativos Financeiros		(294.647,61)	(522.822,66)	(396.517,97)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(72.910,20)	(87.849,24)	(10.258,99)
Outros Ativos		(30.720,29)	(55.925,64)	(1.643.807,27)
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista		1.691.415,28	1.337.281,45	2.207.387,69
Depósitos sob Aviso		900,43	1.265,90	(4.006,95)
Depósitos à Prazo		(1.721.115,70)	902.497,48	628.986,51
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	-	(3.000.000,00)
Outros Passivos Financeiros		(10.601,93)	12.225,08	(8.267,65)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		48.074,03	28.958,87	(2.547,17)
Outros Passivos		(242.875,55)	(1.117.785,13)	297.275,16
FATES - Atos Cooperativos		(76.555,10)	(76.555,10)	(22.809,74)
FATES - Atos Não Cooperativos	20	(108.436,87)	(108.436,87)	(36.011,90)
Imposto de Renda		-	-	(12.567,71)
Contribuição Social		-	-	(12.567,70)
CAIXA LÍQUIDO APPLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		857.654,85	2.679.058,67	294.196,94
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos		-	10.621,77	28.134,68
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		106.484,16	106.484,16	38.711,51
Aquisição de Intangível		(20.090,34)	(113.444,82)	(13.414,05)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(107.905,85)	(285.343,77)	(152.042,98)
Aquisição de Investimentos		(691.905,06)	(1.452.501,65)	(220.503,75)
CAIXA LÍQUIDO APPLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(713.417,09)	(1.734.184,31)	(319.114,59)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		2.969.326,55	5.750.171,87	5.599.581,82
Devolução de Capital à Cooperados		(1.673.739,35)	(5.094.975,47)	(4.302.190,89)
Estorno de Capital		-	-	(1.344,43)
Distribuição de sobras para associados		-	(272.947,21)	-
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.008.243,23	1.008.243,23	298.093,19
CAIXA LÍQUIDO APPLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		2.303.830,43	1.390.492,42	1.594.139,69
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.448.068,19	2.335.366,78	1.569.222,04
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período	4	14.437.748,21	14.550.449,62	12.981.227,58
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	16.885.816,40	16.885.816,40	14.550.449,62
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.448.068,19	2.335.366,78	1.569.222,04
As Notas Explanatórias são parte integrante das demonstrações contábeis.				

SICOOB CREDICONSUMO - COOPERATIVA DE CREDITO
SICOOB CREDICONSUMO
CNPJ: 47.074.323/0001-93
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2 * Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		1.154.380,37	2.672.842,45	799.147,56
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		1.154.380,37	2.672.842,45	799.147,56

As Notas Explanatórias são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COOP-COOPERATIVA DE CONSUMO E DOS EMPREGADOS DO SUPERMERCADO ZONA SUL S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COOP-COOPERATIVA DE CONSUMO E DOS EMPREGADOS DO SUPERMERCADO ZONA SUL S.A - SICOOB CREDICONSUMO é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/09/1981, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDICONSUMO, sediado à RUA CONSELHEIRO JUSTINO, N° 56, CAMPESTRE, SANTO ANDRÉ - SP, possui 2 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: RIO DE JANEIRO - RJ, SANTO ANDRÉ - SP.

O SICOOB CREDICONSUMO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 21 de fevereiro de 2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COOP-COOPERATIVA DE CONSUMO E DOS EMPREGADOS DO SUPERMERCADO ZONA SUL S.A junto a seus associados, empregados e a comunidade estão contribuindo para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionais de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimento de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

s) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor Recuperável de Ativos - Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	240.219,69	298.840,45
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	8.408,71	139.303,95
Títulos e Valores Mobiliários (b)	16.637.188,00	14.112.305,22

TOTAL	16.885.816,40	14.550.449,62
--------------	----------------------	----------------------

(a) referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

(b) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Títulos de Renda Fixa (a)	16.637.188,00	14.112.305,22
TOTAL	16.637.188,00	14.112.305,22

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários - RDI, no **SICOOB CENTRAL CECRESP**, com remuneração de, aproximadamente, 99% do CDI.

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	386.016,13	548.959,60	313.026,11
TOTAL	386.016,13	548.959,60	313.026,11

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	15.921.232,28	13.933.883,55	29.855.115,83	15.194.339,80	13.702.528,50	28.896.868,30
Financiamentos	16.583,67	15.329,36	31.913,03	0,00	0,00	0,00
Total de Operações de Crédito	15.937.815,95	13.949.212,91	29.887.028,86	15.194.339,80	13.702.528,50	28.896.868,30
(-) Provisões Operações de Crédito	(1.100.947,62)	(526.932,98)	(1.627.880,60)	(977.355,34)	(920.739,92)	(1.898.095,26)
TOTAL	14.836.868,33	13.422.279,93	28.259.148,26	14.216.984,46	12.781.788,58	26.998.773,04

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
---	------------------------	-----------------------	----------------------------	-----------------------------	----------------------------	-----------------------------

AA	-	Normal	285.649,78	0,00	285.649,78		671.788,08	
A	0,5%	Normal	19.434.334,76	0,00	19.434.334,76	(97.171,67)	19.192.610,41	(95.963,05)
B	1%	Normal	3.979.051,66	31.913,03	4.010.964,69	(40.109,65)	1.939.051,21	(19.390,51)
B	1%	Vencidas	195.440,95	0,00	195.440,95	(1.954,41)	209.893,65	(2.098,94)
C	3%	Normal	2.873.915,60	0,00	2.873.915,60	(86.217,47)	2.511.877,54	(75.356,33)
C	3%	Vencidas	248.494,63	0,00	248.494,63	(7.455,46)	315.297,75	(9.458,93)
D	10%	Normal	872.764,92	0,00	872.764,92	(87.276,49)	878.336,93	(87.833,69)
D	10%	Vencidas	222.291,35	0,00	222.291,35	(22.229,14)	165.441,16	(16.544,96)
E	30%	Normal	271.350,73	0,00	271.350,73	(81.405,22)	1.635.594,56	(490.678,37)
E	30%	Vencidas	109.832,03	0,00	109.832,03	(32.949,61)	141.659,59	(42.497,88)
F	50%	Normal	146.086,22	0,00	146.086,22	(73.043,11)	104.792,78	(52.396,39)
F	50%	Vencidas	143.349,80	0,00	143.349,80	(71.674,90)	122.642,49	(61.321,25)
G	70%	Normal	33.927,51	0,00	33.927,51	(23.749,26)	98.722,69	(69.105,88)
G	70%	Vencidas	119.938,95	0,00	119.938,95	(83.957,27)	112.367,95	(78.657,57)
H	100%	Normal	43.289,30	0,00	43.289,30	(43.289,30)	46.448,23	(46.448,23)
H	100%	Vencidas	875.397,64	0,00	875.397,64	(875.397,64)	750.343,28	(750.343,28)
Total Normal		27.940.370,48	31.913,03	27.972.283,51	(532.262,17)	27.079.222,43	(937.172,45)	
Total Vencidos		1.914.745,35	0,00	1.914.745,35	(1.095.618,43)	1.817.645,87	(960.922,81)	
Total Geral		29.855.115,83	31.913,03	29.887.028,86	(1.627.880,60)	28.896.868,30	(1.898.095,26)	
Total Líquido		28.227.554,36	31.593,90	28.259.148,26		26.998.773,04		

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	6.494.925,45	9.426.306,83	13.933.883,55	29.855.115,83
Financiamentos	2.824,30	13.759,37	15.329,36	31.913,03
TOTAL	6.497.749,75	9.440.066,20	13.949.212,91	29.887.028,86

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	30.908,35	0,00	30.908,35	0,10%
Setor Privado - Serviços	1.053.845,82	0,00	1.053.845,82	3,53%
Pessoa Física	28.770.361,66	31.913,03	28.802.274,69	96,37%
TOTAL	29.855.115,83	31.913,03	29.887.028,86	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(1.898.095,26)	(2.482.037,49)
Constituições/Reversões no período	(1.000.445,15)	(1.480.380,36)
Transferência para prejuízo no período	1.270.659,81	2.064.322,59
Saldo Final	(1.627.880,60)	(1.898.095,26)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	840.625,12	2,81%	1.233.881,55	4,25%
10 Maiores Devedores	1.637.030,28	5,48%	2.453.282,22	8,46%
50 Maiores Devedores	3.302.263,27	11,05%	4.422.794,17	15,25%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	5.774.755,24	3.668.543,40
Valor das operações transferidas no período	1.497.707,98	2.374.738,13
Valor das operações recuperadas no período	(318.191,55)	(268.526,29)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(8.377,89)	0,00
Saldo Final	6.945.893,78	5.774.755,24

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	392.482,29	109.705,29
Rendas a Receber (b)	348.897,58	318.504,40
Títulos e Créditos a Receber (c)	76.808,58	106.395,05
TOTAL	818.188,45	534.604,74

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo BANCO SICOOB, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 9.148,46), Rendas de Cartões (R\$ 304.396,48) rendas a receber - transações interfinanceiras (R\$ 6.593,96), comissão de produtos e serviços Sicoob (R\$ 25.647,89) e outros (R\$ 3.110,79);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 76.808,58).

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(323.068,96)	(127.824,69)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	0,00	(7.259,84)
TOTAL	(323.068,96)	(135.084,53)

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E 30% Vencidas	58.654,98	58.654,98	(17.596,49)	8.749,99	(2.625,00)
F 50% Vencidas	27.816,92	27.816,92	(13.908,46)	26.421,23	(13.210,62)
G 70% Vencidas	48.155,08	48.155,08	(33.708,56)	21.822,07	(15.275,45)
H 100% Vencidas	257.855,31	257.855,31	(257.855,31)	103.919,61	(103.919,61)
Total Vencidos	392.482,29	392.482,29	(323.068,82)	160.912,90	(135.030,68)
Total Geral	392.482,29	392.482,29	(323.068,82)	160.912,90	(135.030,68)
Provisões	(323.068,82)	(323.068,82)		(135.030,67)	
Total Líquido	69.413,47	69.413,47		25.882,23	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	144.215,20	56.365,96
TOTAL	144.215,20	56.365,96

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020

	Circulante	Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	47.067,14	18.526,22
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	500,00	7.623,18
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	118.762,81	221.204,97
Devedores Diversos - País (a)	1.598.165,36	1.261.393,67
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios (b)	1.165.179,60	1.369.979,60
Despesas Antecipadas (c)	70.624,06	65.645,69
TOTAL	3.000.298,97	2.944.373,33

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Empresa Conta Descontos em Folha (R\$ 1.290.643,86), Pendências a Regularizar (R\$ 95.328,14), Pendências a Regularizar - Conta Corrente (R\$ 27.958,17), Pendências - Avais e Fianças Honrados (R\$ 160.697,91) e outros (R\$ 23.537,28);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019;

(c) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas: prêmios de seguros (R\$ 2.900,36), contribuição sindical patronal (R\$ 2.400,00) e vale refeição e alimentação (R\$ 65.323,70).

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	2.974.362,27	1.578.766,31
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	491.887,97	434.982,28
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	923,56	923,56
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	16.000,00	16.000,00
TOTAL	3.483.173,80	2.030.672,15

(a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP**. O aumento do saldo de investimento de capital na Cecresp refere-se aprovação de capitalização, com objetivo de fortalecimento da central, conforme aprovado em AGE em 2021.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso		0,00	65.612,76
Instalações	10%	80.447,62	73.447,62
Móveis e equipamentos de Uso	10%	230.451,39	173.068,56
Sistema de Processamento de Dados	20%	697.923,38	556.850,04

Sistema de Segurança	10%	64.246,61	28.230,20
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		214.871,07	115.946,00
Total de Imobilizado de Uso		1.287.940,07	1.013.155,18
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(22.562,33)	(14.581,93)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(527.494,85)	(401.764,64)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(76.588,17)	(44.377,77)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(626.645,35)	(460.724,34)
TOTAL		661.294,72	552.430,84

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	20%	100.043,34	69.432,28
Sistemas De Comunicação E De Segurança	20%	16.748,00	2.000,00
Outros Ativos Intangíveis (a)	20%	82.934,03	0,00
Total de Intangível		199.725,37	71.432,28
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(77.604,87)	(48.711,81)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(77.604,87)	(48.711,81)
TOTAL		122.120,50	22.720,47

(a) Aquisição de software para atendimento e desenvolvimento das atividades.

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Depósito à Vista (a)	9.903.535,46	8.566.254,01
Depósito Sob Aviso (b)	29.284,36	28.018,46
Depósito a Prazo (b)	13.435.883,00	12.533.385,52
TOTAL	23.368.702,82	21.127.657,99

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "*pro rata temporis*"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	1.007.808,27	4,31%	3.113.110,48	14,85%
10 Maiores Depositantes	6.199.903,89	26,53%	6.909.747,47	32,95%
50 Maiores Depositantes	12.477.018,54	53,39%	11.416.094,43	54,44%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(900,43)	(1.265,90)	(817,68)
Despesas de Depósitos a Prazo	(522.708,16)	(709.465,56)	(308.527,21)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(18.221,14)	(35.901,59)	(27.481,79)
TOTAL	(541.829,73)	(746.633,05)	(336.826,68)

14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central	0,00	(39.237,30)
Outras Instituições	0,00	(125.376,69)
TOTAL	0,00	(164.613,99)

15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros	0,00	30,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	0,00	3.559,79
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	16.126,15	311,28

TOTAL	16.126,15	3.901,07
--------------	------------------	-----------------

(a) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito - IOF (R\$ 16.099,36) e outros (R\$ 26,79).

16. Provisões

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	130.622,86	4.076,65	126.866,06	428,63
TOTAL	130.622,86	4.076,65	126.866,06	428,63

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	7.034.627,75	7.524.680,25
TOTAL	7.034.627,75	7.524.680,25

17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	4.295,27	3.306,49
Impostos e Contribuições sobre Salários	158.139,54	125.442,31
Outros	6.512,81	11.239,95
TOTAL	168.947,62	139.988,75

18. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	1.159.197,96	724.270,13
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	954,42	4.303,91
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	662.280,54	684.448,37

Credores Diversos - País (c)	814.427,42	862.629,18
TOTAL	2.636.860,34	2.275.651,59

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	365.690,34	113.000,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	569.218,07	502.925,27
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	224.289,55	108.344,86
TOTAL	1.159.197,96	724.270,13

(a.1) Consustanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 334.667,35), provisão de despesas com cartões (R\$ 171.593,21), seguro prestamista (R\$ 34.852,74) e outros R\$ (121.167,24);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar (R\$ 744.354,95), PAGAMENTOS A PROCESSAR (54.744,81), Conta Transitória (R\$ 14.870,05), Diferença de Caixa (R\$ 40,81) e Devolução Saldo Credor - Cartões (R\$ 416,80).

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	24.889.266,74	23.218.774,32
Associados	19.276	18.455

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades. Em 2021, o percentual foi alterado de 20% para 50%, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 29 de abril de 2021.

Descrição	2021	2020

Saldo Inicial do Fundo de Reserva	319.891,07	1.361.544,53
Utilização para cobrir perdas do exercício anterior	0,00	(1.132.892,43)
Transferência conforme deliberação de Assembleia	62.146,14	0,00
Destinação Reserva legal sobre Sobras Líquidas	765.551,03	91.238,97
Saldo do Fundo de Reserva ao final do exercício	1.147.588,24	319.891,07

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 342.146,14, sendo para Fundo de Reserva, no valor de R\$ 62.146,14 e o restante para Conta Corrente, no valor de R\$ 280.000,00.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	1.639.538,92	492.206,75
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(108.436,87)	(36.011,90)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.531.102,05	456.194,85
Destinações estatutárias	-	-
Reserva legal (2021 - 50%) - (2020 - 20%)	(765.551,03)	(91.238,97)
Fundo de assistência técnica, educacional e social 5%	(76.555,10)	(22.809,74)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	688.995,92	342.146,14

20. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	862.868,57	719.325,84
Despesas específicas de atos não cooperativos	394.475,89	40.627,43
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(465.140,33)	(397.772,20)
Resultado operacional	792.204,13	362.181,07
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(371.550,14)	(119.033,52)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	420.653,99	243.147,55
Dedução do total de receitas de vendas de seguros e consórcios com Associados (Resolução Sicoob Confederação 129/16)	(312.217,12)	(207.135,65)

Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	108.436,87	36.011,90
--	-------------------	------------------

21. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado para o exercício de 2021. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

No exercício de 2021, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 1.033.303,53, equivalente a 100% da SELIC, conforme deliberado em Ata do Conselho de Administração realizada em 23 de novembro de 2021.

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	24.513,94	46.673,28	32.841,27
Rendas de Empréstimos	5.191.021,11	9.961.760,02	8.828.324,89
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	0,00	0,00	77.453,76
Rendas de Financiamentos	223,83	223,83	0,00
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	183.658,00	334.643,07	382.869,63
TOTAL	5.399.416,88	10.343.300,20	9.321.489,55

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(541.829,73)	(746.633,05)	(336.826,68)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	0,00	0,00	(164.613,99)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	647.085,34	1.092.446,55	1.128.869,12
Reversões de Provisões para Outros Créditos	11.987,89	22.664,48	112.042,82
Provisões para Operações de Crédito	(1.044.830,47)	(2.097.688,05)	(2.669.914,73)
Provisões para Outros Créditos	(289.262,41)	(449.887,86)	(299.462,53)
TOTAL	(1.216.849,38)	(2.179.097,93)	(2.229.905,99)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	201,90	756,60	2.097,12
Rendas de Outros Serviços	1.019.976,97	1.879.895,87	1.258.428,14
TOTAL	1.020.178,87	1.880.652,47	1.260.525,26

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	426.458,90	886.525,90	397.608,35
Rendas de Serviços Prioritários - PF	241.820,24	542.960,54	583.542,72
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	38.649,80	80.134,14	65.314,20
TOTAL	706.928,94	1.509.620,58	1.046.465,27

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Adm.	(300.546,47)	(563.861,04)	(578.023,95)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(925.260,40)	(1.714.707,44)	(1.532.980,40)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(546.478,05)	(1.011.050,00)	(896.512,20)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.370.097,18)	(2.527.472,92)	(2.127.947,01)
Despesas de Pessoal - Treinamento		0,00	(774,50)
TOTAL	(3.142.382,10)	(5.818.854,13)	(5.136.238,06)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(20.823,31)	(36.492,34)	(28.442,72)
Despesas de Aluguéis	(130.298,88)	(224.178,50)	(149.631,68)
Despesas de Comunicações	(89.628,48)	(176.109,90)	(149.866,85)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(12.659,10)	(22.953,95)	(15.095,66)
Despesas de Material	(20.003,81)	(52.083,37)	(42.402,88)
Despesas de Processamento de Dados	(379.897,27)	(780.023,27)	(688.772,83)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(132.089,14)	(144.469,30)	(10.629,25)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(6.395,84)	(28.109,64)	(31.533,60)
Despesas de Publicações		0,00	0,00
Despesas de Seguros	(26.170,19)	(48.583,04)	(36.591,34)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.161.382,37)	(2.349.969,76)	(2.551.706,71)
Despesas de Serviços de Terceiros	(180.268,19)	(350.982,31)	(300.942,18)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(62.813,35)	(123.979,41)	(113.616,44)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(110.580,06)	(173.669,42)	(157.475,92)
Despesas de Transporte	(106.678,16)	(175.830,39)	(134.951,15)
Despesas de Viagem no País	(5.121,60)	(9.544,31)	(32.422,51)
Despesas de Amortização	(7.811,85)	(14.044,79)	(20.030,01)
Despesas de Depreciação	(91.750,78)	(176.479,89)	(155.088,80)

Outras Despesas Administrativas	(472.935,53)	(926.173,22)	(904.225,22)
TOTAL	(3.017.307,91)	(5.813.681,81)	(5.523.425,75)

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	891,60	3.867,61	31.803,09
Dividendos	0,00	10.621,77	28.134,68
Outras rendas operacionais	24.700,59	56.490,50	132.598,97
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	1.425.959,55	2.882.526,35	1.825.200,96
Juros ao Capital Recebidos da Central	106.484,16	106.484,16	38.711,51
TOTAL	1.558.035,90	3.059.990,39	2.056.449,21

29. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Despesas Operacionais	(143.254,90)	(213.012,95)	(78.831,56)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(84.811,23)	(137.994,31)	(16.020,11)
Despesa de Amortização Ativo Intangivel	(4.550,82)	(8.678,39)	0,00
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(3.374,42)	(9.127,93)	(6.199,18)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(875,87)	(1.128,67)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	0,00	(100,00)	0,00
Contrib. ao Fundo de Tecnologia da Informação	0,00	(1.552,14)	0,00
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(17.316,09)	(27.956,09)	0,00
TOTAL	(253.307,46)	(399.297,68)	(102.179,52)

30. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	21.624,37	(7.404,82)	307,21
Provisões para Garantias Prestadas	(105.370,43)	(231.879,56)	(194.267,72)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	126.994,80	224.474,74	194.574,93
TOTAL	21.624,37	(7.404,82)	307,21

31. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	120.200,00	120.200,00	0,00
Ganhos de Capital	5.593,30	30.240,51	11.250,82

(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	0,00	0,00	(301,29)
(-) Perdas de Capital	(28.708,46)	(76.300,30)	(16.983,05)
TOTAL	97.084,84	74.140,21	(6.033,52)

32. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Operações ativas e passivas - saldo em **31/12/2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimos	15.310,59	153,10	0,05%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	70,43	0,01%	0%

b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural - RPL, crédito rural - repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m.)
Empréstimos	1,75%	31,33

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

c) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	26.556,30	108.469,36

d) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO (R\$)			
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Diretoria e Conselho de Administração - Honorários	(300.546,47)	(563.861,04)	(578.023,95)
F.G.T.S. Diretoria	(24.043,70)	(37.832,20)	(38.959,25)
INSS Diretoria/Conselheiros	(60.109,28)	(94.580,48)	(114.831,80)
TOTAL	(384.699,45)	(696.273,72)	(731.815,00)

33. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COOP-COOPERATIVA DE CONSUMO E DOS EMPREGADOS DO SUPERMERCADO ZONA SUL S.A - SICOOB CREDICONSUMO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICONSUMO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECRESP**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	8.408,71	139.303,95
Ativo - Investimentos	2.974.362,27	1.578.766,31
Ativo - Títulos e Valores Mobiliários	16.637.188,00	14.112.305,22
Total das Operações Ativas	19.619.958,98	15.830.375,48

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECRESP**:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rateio de Despesas da Central	(268.983,25)	(555.601,54)	(517.627,41)
Total das Despesas	(268.983,25)	(555.601,54)	(517.627,41)

34. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

34.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN - Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWApad) é a Abordagem do Indicador Básico.

34.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

34.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança;
- a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
- a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;
- a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;
- a.5) aplicação de cenários de estresse;
- a.6) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcum e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

34.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

34.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

34.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

34.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35. Seguros Contratados - Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

36. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Não existem processos judiciais prováveis registrados contabilmente.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDICONSUMO**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 119.069,66. Essas ações abrangem processos de ações cíveis.

37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	24.489.674,55	22.104.664,08
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	53.763.875,09	50.369.349,87
Índice de Basileia (mínimo 11%)	45,55%	43,89%
Imobilizado para cálculo do limite	12.244.837,28	11.052.332,04
Índice de imobilização (limite 50%)	2,70%	2,50%

Santo André/SP, 4 de março de 2022.

PAULO FERNANDO OZELAME
DIRETOR PRESIDENTE

VERONICA CRISTINA BUENO RONCATO
CONTADOR 1SP293772/O-3

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Coop – Cooperativa de Consumo e dos Empregados do Supermercado Zona Sul S/A
Santo André - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Coop – Cooperativa de Consumo e dos Empregados do Supermercado Zona Sul S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Coop – Cooperativa de Consumo e dos Empregados do Supermercado Zona Sul S/A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 4 de março de 2022.



ASSINADO DIGITALMENTE
RONALDO REIMBERG LIMA
A assinatura digital pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/verificador-digital>

Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

INFORMAÇÕES GERAIS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal do SICOOB CREDICONSUMO – COOPERATIVA DE CRÉDITO, no uso das atribuições estatutárias, examinamos as demonstrações contábeis relativa ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2021.

Com base nos exames e verificações procedidas nas demonstrações financeiras e notas explicativas, no parecer dos agentes de controles internos e auditoria externa contratada, e ainda, nas averiguações periódicas deste conselho, somos de opinião, que as referidas demonstrações refletem as situações patrimonial e financeira do SICOOB CREDICONSUMO – COOPERATIVA DE CRÉDITO, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, pelo que opinamos por sua aprovação pela Assembleia Geral.

Santo André, 28 de abril de 2022.

Osmar Yoshihide Kimura

Osmar Yoshihide Kimura (Apr 20, 2022 12:20 ADT)

Osmar Yoshihide Kimura
Coordenador

Rosangela Ap Ferreira de Souza

Rosangela Ap Ferreira de Souza (Apr 20, 2022 15:04 ADT)

Rosangela Aparecida Ferreira de Souza
Conselheira efetiva

Bruno Matos

Bruno Matos (Apr 20, 2022 16:11 ADT)

Bruno Henrique de Matos
Secretário

A.G.O. de Constituição em: 18 de maio de 1.981

Homologação pelo Banco Central: 04 de agosto de 1.981

Certificado de Autorização nº: 655 do Banco Central do Brasil

CNPJ nº: 47.074.323/0001-93

Junta Comercial / SP nº: 35400001038 de 14/09/1981

Inscrição Municipal nº: 042.618-0

Sicoob Central CECRESP – Inscrição nº: 008

Código do Banco/Agência Bancária: 756/4381

Sede: Rua Conselheiro Justino, 56 – Bairro Campestre – Santo André – São Paulo

São Paulo

PA – Atendimento fixo: Avenida Queirós dos Santos, 456 – Centro – Santo André

Atendimento Itinerante: A B C D M RP, São José dos Campos, Sorocaba, Piracicaba e Tatuí

Rio de Janeiro

PA - Atendimento fixo: Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 595 - Copacabana e Rua Comandante Vergueiro da Cruz, 226 – Olaria

Atendimento Itinerante: Cidade do Rio de Janeiro e Angra dos Reis.



(11) 3181-7478 | (21) 2018-2242

www.sicoob.com.br/web/sicoobcrediconsumo

 /sicoobcrediconsumo4381

 /sicoobcrediconsumo

 /company/sicoobcrediconsumo

